



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Nona (29ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 16 de setembro de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), João Antônio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Leonardo David Zaniboni (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Paulo Sérgio de Souza (16), Waldemar Marcurio Filho (17)); conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Leonardo David Zaniboni para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Vigésima Sétima (27ª) e Vigésima Oitava (28ª) Sessões Ordinárias, realizadas em 05 e 12 de Setembro de 2016, respectivamente, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 87, de 2016, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “Dá denominação oficial à MMR-193, localizada no Sol Nascente, de Adolpho Angi Filho” (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 88, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, “Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Condição Feminina, estabelece suas atribuições e dá outras providências.” (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 89, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, “Dispõe sobre as áreas de uso comum do loteamento denominado ‘Flor d’aldeia’, sua integração à categoria dos bens dominiais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso, e dá outras providências.” (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Resolução nº 06 de 2016, de autoria do Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “Autoriza antecipar devolução, neste exercício de 2016, de parte do saldo de Banco e Caixa remanescente de duodécimos, ao Poder Executivo e dá outras providências.” (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 344/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, JUNTAMENTE A SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES DO CRONOGRAMA E PROJETOS DE RETIRADA DE ALFACES D'ÁGUA EXISTENTES NO LAGO DO COMPLEXO LAVAPÉS; Requerimento Nº 345/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA PREFEITO JAMIL BACAR, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE RESIDENCIAL MURAYAMA; Requerimento Nº 346/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: REQUEIRO AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO "SAAE" QUE SEJA REALIZADA A EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA ATÉ O FINAL DA RUA MARI HELENA G. DE MENEZES, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS SEM ONERAÇÃO POR PARTE DOS MUNICÍPIES; Requerimento Nº 347/2016 - Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE A MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE REMÉDIOS NA REDE BÁSICA DE SAÚDE; Requerimento Nº 348/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, QUE OFICIE A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE O EFETIVO DE POLICIAIS MILITARES NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS; Requerimento Nº 349/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, QUE OFICIE A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE O EFETIVO DE POLICIAIS CIVIS NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS; Requerimento Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

350/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, JUNTAMENTE A SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SE EXISTE UM PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO, NAS BANCAS E AUTOMÓVEIS DE VENDADE VERDURAS E FRUTAS; Requerimento Nº 351/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES SOBRE O MOTIVO DA FALTA DE PAGAMENTO POR PARTE DA PREFEITURA DE MOGI MIRIM, DOS PLANTÕES MÉDICOS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM; Requerimento Nº 352/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, INFORMAÇÕES SOBRE O EFETIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS; Requerimento Nº 353/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretária Competente, informações e providências urgentes, na manutenção dos bueiros entupidos na Av. Santo Antônio, principalmente em frente ao nº 39, sendo que os moradores da região estão indignados com a atual situação; Requerimento Nº 354/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, que através de suas Secretária Competente, estudos e informações urgentes, para que seja implantado, faixa de pedestre e rebaixo de guia para acessibilidade, na Av. Prof. Adib Chaib, em frente ao nº 3.068. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 684/2016 - Autoria: MARCOS BENTO ALVES DE GODOY - Assunto: SOLICITA-SE A SECRETARIA DE OBRAS SERVIÇOS E LIMPEZA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PÚBLICA A IMPLANTAÇÃO DE UMA LOMBADA NA RODOVIA ANDRÉ FRANCO MOTORO MOGI MIRIM PRÓXIMO AO NÚMERO 500; Indicação Nº 696/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA DEMOSELLE, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE; Indicação Nº 697/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA COMANCHE, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE; Indicação Nº 699/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PROFESSOR PEDRO PILLA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MURAYAMA; Indicação Nº 700/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOSÉ MATHIAS, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA; Indicação Nº 701/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA IZIDORO MAZOTTINI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MURAYAMA; Indicação Nº 702/2016 - Aatoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA DOUTOR OLÍMPIO FERREIRA BRITO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM LONGATTO; Indicação Nº 703/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PROFESSORA NEIDE GONÇALVES MIACHON, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MURAYAMA; Indicação Nº 704/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA JOSÉ SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE; Indicação Nº 705/2016 – Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PEDRO SIMOSO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE; Indicação Nº 706/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA LEVY BRAGA FERRÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CALIFÓRNIA; Indicação Nº 707/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA HONÓRIO BONATTI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA; Indicação Nº 708/2016 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA AMÁBILE MANTOVANI GUARNIERI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CALIFÓRNIA; Indicação Nº 709/2016 -
Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA DELPHINA MANTOVANI VOMERO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA; Indicação Nº 710/2016 -
Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA BASÍLIO ZORZETTO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT; Indicação Nº 711/2016 -
Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA NELSON PATELLI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CALIFÓRNIA; Indicação Nº 712/2016 -
Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA REVERENDO JORGE BERTOLASO STELLA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA; Indicação Nº 713/2016 -
Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ASFÁLTICO DA RUA JOAQUIM DA SILVEIRA CINTRA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM CINTRA; Indicação Nº 714/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA PONTE LOCALIZADA NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DOS FRANCOS II (MMR-215); Indicação Nº 715/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA PRINCESA ISABEL, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA; Indicação Nº 716/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA CURITIBA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOVA MOGI; Indicação Nº 717/2016 - Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES - Assunto: SOLICITO AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL, E À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA, A IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E REDUTORES DE VELOCIDADE (LOMBADA) NA AV: EXPEDITO QUARTIERI PRÓXIMO AO Nº 1507, BAIRRO DO MIRANTE NAS PROXIMIDADES DO CONDOMÍNIO TERRAS DE MOGI; Indicação Nº 718/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços: providências urgentes para sanar os problemas de falta de escoamento de água na Rua José Mathias, entre o número 303 e 319, Bairro Tucuru; Indicação Nº 719/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências urgentes para “tapar buracos” e/ou recapear a Rua Benedito M. De Matos; Indicação Nº 720/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: estudos e providências para implantação de lombada entre a Rua Marciliano com a Rua Prof. Antônio Galvão Cotrim, Centro; Indicação Nº 721/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços/Gerência de Limpeza Pública: providências urgentes para retirada de entulhos nas calçadas no canteiro localizado na Rua Manaus, no Bairro Jardim Getúlio Vargas; Indicação Nº 722/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA LUIZ CHOQUETTA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA; Indicação Nº 723/2016 - Autoria: JORGE SETOGUCHI - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA RUA CATARINO MARANGONI, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA; Indicação Nº 724/2016 - Autoria: WALDEMAR MARCURIO FILHO - Assunto: Indico ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Obras, que seja tapado o buraco escavado pelo SAAE, na rua JOÃO BATISTA BUENO – MIRANTE; Indicação Nº 725/2016 - Autoria: ARY AUGUSTO REIS DE MACEDO - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Obras, Habitação e Serviços, providências urgentes para “tapar buracos” ou recapear a Rua Elisa Mansur Pierobon, Rua Sete e adjacências – Bairro Nova Santa Cruz; Indicação Nº 726/2016 - Autoria: ARY AUGUSTO REIS DE MACEDO - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, providências urgentes para operação “tapa buracos” na Praça Duque de Caxias; Indicação Nº 727/2016 - Autoria: ARY AUGUSTO REIS DE MACEDO - Assunto: INDICO AO PREFEITO LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS, PROVIDENCIAS PARA OPERAÇÃO TAPABURACOS NA AVENIDA BRASIL NO CRUZAMENTO BAIRRO SANTA CRUZ E NOVA MOGI; Indicação Nº 728/2016 – Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES - Assunto: SOLICITO AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL, E À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA, A IMPLANTAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE (LOMBADA) NA RUA 13 DE MAIO PRÓXIMO AO Nº 514, CENTRO; Indicação Nº 729/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço “Tapa Buraco”, na Rua Paulino Albejante, em frente ao nº 470, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região; Indicação Nº 730/2016 - Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, a substituição de lâmpadas queimadas na Rua Tupinambá, Vila Dias, em frente ao nº 108, Mogi Mirim SP; Indicação Nº 731/2016 - Autoria: LUIZ ANTONIO GUARNIERI - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP QUE PROVIDENCIE JUNTO AO DEPARTAMENTO COMPETENTE, PODA DA ÁRVORE SITUADA NA AVENIDA SANTO ANTONIO; Indicação Nº 732/2016 - Autoria: LUIZ



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ANTONIO GUARNIERI - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP QUE PROVIDENCIE JUNTO A SECRETARIA COMPETENTE, REPARO NA PAVIMENTAÇÃO DA ESQUINA ENTRE A AVENIDA BRASIL E A PRAÇA PADRE JOSÉ TEÓFILO ALBEJANTE; Indicação Nº 733/2016 - Aatoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, providências urgentes para que sejam realizadas faixa de pedestre, rebaixo de guia para acessibilidade e faixa amarela proibido/estacionar, nas proximidades do nº 502, da Rua Marciliano; Indicação Nº 734/2016 - Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Segurança Pública e Policia Militar para: intensificação do Policiamento no Túnel Mário Covas. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa: Moção Nº 111/2016 - Aatoria: MARCOS BENTO ALVES DE GODOY - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR, JOSÉ ANTÔNIO LEONELLO OCORRIDO NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2016 (aprovada pela Casa); Moção Nº 113/2016 - Aatoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI E MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SR. ANTONIO BUSCARIOLI, DE 80 ANOS, OCORRIDO NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2016 (aprovada pela Casa); Moção Nº 114/2016 - Aatoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI E MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SRA. CLOTILDE CERRUTI PAIVA DE 85 ANOS, OCORRIDO NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2016 (aprovada pela Casa); Moção Nº 115/2016 - Aatoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos, ao “GRUPO MUSICANTO”, pelo lançamento do CD, intitulado “Lá no Céu”, pelo auspicioso evento realizado no Centro Cultural de Mogi Mirim, no dia 17 de setembro de 2016 (aprovada pela Casa); Moção Nº 116/2016 - Autoria: WALDEMAR MARCURIO FILHO - Assunto: Moção de repúdio aos atos de violência em Mogi Mirim, e as omissões do Governo do Estado, no que diz respeito às ações de segurança no município (PEDIDO DE DISCUSSÃO PARA PRÓXIMA SESSÃO PELO VEREADOR OSVALDO APARECIDO QUAGLIO) (à “Ordem do Dia” da próxima sessão); Moção Nº 117/2016 - Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO - Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento da Sra. Odete Laurindo da Silva, ocorrido em 10 de setembro de 2016 (aprovada pela Casa). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos da presente sessão, ato contínuo, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Fez uso da tribuna, primeiramente, o Vereador Luís Roberto Tavares. “Essa semana no ‘Dedo Duro’ as pessoas estavam reclamando de filas nas UBSs, eu estive em algumas, como na do Sehac, Aterrado e realmente contatei que tinham filas, fui procurar saber o motivo. Conversando com algumas enfermeiras elas me passaram o que estava acontecendo e até fiz um requerimento hoje, pedindo explicação do Senhor Prefeito e da Secretária de Saúde e também quais providências serão tomadas. Em agosto, por determinação da Secretaria de Saúde, os remédios que eram entregues no CEM, de receitas controladas, como Diazepan, Rivotril e Fluoxicetina, passaram a ser entregues nas UBSs. Antes, o morador que iria pegar um remédio comum, não pegava fila, mas, agora, ele encontra na fila pessoas que vão pegar esses medicamentos controlados, que passam por toda uma burocracia para serem entregues, demorando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de cinco a dez minutos para fazer todo o processo, muitos desistem de esperar e vão para suas casas ou acabam comprando as medicações. Esse é o intuito do requerimento, ver o que eles podem fazer para reverter essa situação. Outro requerimento que fizemos essa noite foi para o SAAE, para que seja realizada a expansão da rede até o final da Rua Maria Helena de Menezes, sem oneração para a população. Os moradores de locais que ainda não tem esgoto estão indo no SAAE e solicitando que seja viabilizado, o SAAE faz o orçamento para um morador que tem, por exemplo, 150 metros, por R\$2.500,00, para outro R\$1.000,00 e se um morador pagar isso e outro da mesma rua pedir depois sairá de graça. Não é isso que diz a Lei Federal, diz que é responsabilidade do poder público levar esgoto às casas, então como eles dão orçamentos para os moradores? No final do requerimento a gente pede que sejam contempladas outras ruas do bairro. Tenho um orçamento do SAAE e assim que eles responderem eu vou lá, porque os moradores não têm que pagar, já pagam IPTU. Gostaria de lembrar que hoje nós temos uma coisa importante para falar sobre as assistentes sociais e as entidades de Mogi Mirim, tivemos uma reunião hoje da Comissão de Saúde, Educação e Assistência Social, juntos com vários segmentos da sociedade, principalmente com relação aos idosos.”, concluiu. Na sequência, fez uso da tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Temos muitos assuntos hoje, mas acredito que o principal deles, mais uma vez, é a crise da Santa Casa por falta de pagamento da Prefeitura Municipal, Senhora Elizanita de novo enrolando no pagamento de contas que são básicas, é como pagar energia e o SAAE na casa de cada um de nós, como nós vamos viver sem esses serviços dentro de casa, como o munícipe vai viver sem a prestação de serviço da Santa Casa? De novo, o valor é aproximadamente 1,6 milhão, se refere à prestação de serviços dos meses de julho e agosto, que não foram pagos, já estamos no meio do mês de setembro e os médicos vão entrar em greve por falta de pagamento. Estive na Santa Casa, conversei com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Josué e infelizmente a situação está difícil, falei com ele novamente às 16h30 horas, a prefeitura ainda não tinha dado um retorno satisfatório para atender as necessidades dos médicos, havia proposto um parcelamento, mas foi recusado. A minha preocupação é a seguinte, se não consegue pagar o básico para a Santa Casa, imagine as outras coisas, fica difícil de trabalhar, é nítida a falta de planejamento da Prefeitura, em especial da Secretaria de Finanças. Outro assunto, estivemos na última quinta-feira, dia 15, em um evento na SICOVAMM sobre o cenário econômico após o impeachment da Presidente Dilma, principalmente da área econômica, no nosso município nós tivemos aproximadamente 4 milhões retirados de circulação, em termos de empregos foram 1.413, aproximadamente 50% desse número é do setor industrial, mais de 300 foram da área do comércio, isso justifica a quantidade de lojas fechando no centro, e por último a construção civil com 175 perdas. É extremamente preocupante, mas temos uma previsão de estabilização para o início do próximo ano. Precisamos melhorar as administrações, não só a da Prefeitura, mas também das nossas casas e empresas. Outro assunto muito delicado é o da Fundação Casa, que está mudando de endereço da Rua Santa Cruz e indo para o Bairro da Saúde. A alegação da Fundação, que não é administrada pela Prefeitura e sim pelo Estado, é que precisa haver o convívio com a sociedade, porém a minha preocupação é que não se dá atividades para esses jovens dentro da Fundação, conversei até com alguns professores, eles me relataram que fica até difícil dar aulas para esses jovens, porque eles têm muita energia e não tem onde praticar, muitas vezes eu estou indo trabalhar e eles estão indo jogar bola, será que não dá para arranjar uma vaga de aprendiz para esses jovens? Ter uma atividade na escola? Fica uma situação difícil, dizer simplesmente que a sociedade precisa se adequar e a Fundação Casa não cumpre com as suas obrigações, a sociedade pode até de adaptar, mas a Fundação tem que cumprir com as obrigações e não somente colocar esses jovens em qualquer lugar.”.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira. “De novo, a gente viu esse final de semana eles reconhecendo que coisas faltaram ser feitas lá no Zerão e falaram que agora iriam colocar devidamente a grade lá no final, eu espero que agora eles façam isso, o Pires falou que foi ele que conseguiu a verba de 1,5 milhão de reais, então o município não pode falar que faltou. Eles justificaram dizendo que a empresa que ganhou, tirou muito mais areia do que foi contratado, só que conversando com os moradores, me disseram que essa máquina ficou mais parada do que funcionando e quem passa por lá pode ver areia, isso em uma época seca. Logo após a retirada, choveu, a areia voltou lá para dentro. Peço que todos cobrem a retirada dos entulhos, porque eles jogaram terra em cima dos entulhos, e quando chover essa terra vai para onde? Falaram que a população danificou muita coisa que foi feita, eles deixaram a grade jogada mais de uma semana e ninguém pegou. Os moradores não relataram danos ao patrimônio ali, só pessoas que jogam lixo no local, mas sem danos aos bancos ou nada parecido. Outra coisa, o Luizinho já falou aqui, e eu falo isso com muita tristeza, nós estamos chegando ao final de uma administração e eu realmente não sei o que vai dar, porque em setembro, estão atrasados os pagamentos da Santa Casa, das entidades filantrópicas, que estão fazendo empréstimos, está chegando o final do ano e temos o décimos terceiro. Se chamarmos as entidades aqui, somos criticados, mas o que elas podem fazer? Fechar? O albergue fechou, vamos deixar fechar outras por não terem dinheiro para pagar seus funcionários? É uma responsabilidade, os fornecedores não estão sendo pagos. Saiu no jornal que eles vão renegociar as multas das férias, nós não sabemos para onde está indo o dinheiro, acho que há a necessidade do tribunal fazer uma operação pente fino, ver quanto está entrando de dinheiro, quanto está saindo e para onde, acho isso muito importante de se cobrar do tribunal de contas.”, finalizou. Na sequência, falou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Hoje nesta Casa, poucos vereadores já falaram, mas já falaram tudo, sem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

médico, sem segurança na zona rural, sem medicamentos nas UBSs, sem orientação para os usuários das UBSs. O Vereador Robertinho leu aqui que Captopril, Losartana, Hidroclorotiazida não têm lá, o governo federal dá, é só ir às farmácias populares, falta orientação. Estou indignado, essa segunda-feira, eu cheguei quatro horas da tarde para o almoço, foram muitos problemas: pacientes em UBSs, pessoas para internação, a instalação dessa casa para menores infratores em um bairro onde moram pessoas idosas e tem uma escola infantil, todos estão apavorados, a Prefeitura fez um contrato rápido, sem ninguém ficar sabendo, até o proprietário foi pego de surpresa. Hoje se reuniram advogados, moradores, escolas, pais e alunos, e protocolaram no Ministério Público uma denúncia, não houve uma pesquisa de impacto na vizinhança, simplesmente a secretária assinou e liberou. Está com o Ministério Público, lá o promotor já viu várias falhas e acho que isso será barrado. Não que esses jovens não mereçam estar naquele local, mas são menores infratores sim e levam influência para outras pessoas, têm pais que reclamaram que os filhos se tornaram usuários de drogas através desses meninos, eles ficam na rua o dia todo, não têm uma educação e orientação, não existe amor materno e paterno, não tem nada que possa reintegrar esses jovens a uma vida normal e digna de respeito. Outro assunto que me chamou atenção, uma senhora que foi homenageada pelo Prefeito Municipal, pela Secretária de Educação, por ser fundadora de fanfarra, por ser professora escolar de ensino infantil por mais de 30 anos na cidade, sofre um AVC, fica acamada, pede socorro ao município e o município nega, pede uma casa, um local para se internar e também não consegue, assim como as medicações e sonda. A família desesperada, não conseguiu sequer uma clínica particular que conseguissem pagar. Levaram-na para Itapira e a Secretaria disse que saindo da cidade não tem mais responsabilidade. A família me mandou uma carta, para que eu lesse aqui, mas eu fiquei tão chateado e indignado com isso que eu realmente gostaria que esse ano acabasse o mais rápido possível,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque não há mais condições. A Santa Casa não tem dinheiro para nada e ainda está atendendo, os médicos de especialidades estão deixando de atender nas UBSs, porque não recebem. A zona rural está pedindo socorro, pois não tem segurança, os roubos na zona rural não são normais, as pessoas estão sendo assaltadas nas esquinas e nada acontece. A carta está aqui, é uma professora conhecida na cidade, a Senhora Darci Barros Alves, ela está acamada e não tem apoio da cidade para nada.”, encerrou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Sobre a Fundação Casa, eu quero contar aos senhores que desde quinta-feira nós estamos acompanhando, tanto o Deputado Barros Munhoz, quanto a Presidente da Fundação, o contrato já foi assinado pelo período de trinta meses, dois anos e meio, e estamos tentando reverter isso. Eu gostaria que através de petições nós conseguíssemos reverter isso, mas é muito difícil, porque a própria justiça é que encaminha que a Prefeitura e a Fundação deem guarda para as crianças. O caso é extremamente político, Vereador Osvaldo, eu peço a contribuição do Senhor, como PSDB, para que tentarmos reverter um contrato já assinado. Eu acabei de falar com o Deputado Barros Munhoz que ele falou com a Presidente da Fundação Casa, Dra. Berenice, e ela estará se inteirando do assunto e enquanto estivermos aguardando a posição da Dra. Berenice, nada acontecerá. Também estive hoje com advogados e moradores da região, que me chamaram, me entregaram um abaixo-assinado, mas o caso é político, este contrato foi assinado e ninguém tomou conhecimento. Sobre a Santa Casa, estive conversando com o pessoal de lá e no sábado com o Deputado Sílvio Torres, do PSDB, há na Câmara Federal, 20 bilhões de reais para o refinanciamento das Santas Casas, o que nós não podemos esquecer é que nossa Santa Casa é um hospital SUS e ela acabou se credenciando para muitos serviços, para tentar aumentar a receita e no fim foi em vão, porque ela tem um déficit de 450 mil reais por mês. Então, nós conseguimos, essa semana, ir com o Dr. Benedito, antes de ir ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Secretário de Saúde, tentar mostrar que é necessário um aporte financeiro grande, se vamos conseguir eu não sei, mas vamos tentar. O terceiro assunto é a segurança, o Capitão Peixoto me contou que estaria aqui, eu sei o que os senhores vieram fazer aqui, vieram pedir o empenho desta Casa e mais ação com a Polícia Civil, que foi o que nós começamos a falar na semana passada. Eles querem saber sobre as investigações da Polícia Civil, quem efetua os roubos? Querem a ação da Polícia Civil, porque a Militar está fazendo a sua parte. O que nós estamos falando aqui é que a estrutura tem que ser melhorada, quando um presídio de 1.300 mulheres vem para Mogi Guaçu, tem que vir junto a escolta, pois no momento a Polícia Militar está fazendo isso, o que dificulta, a Polícia Civil também está envolvida nisso. O que nós precisamos é estar reiterando pedido do rádio digital, o efetivo e necessariamente a escolta para o presídio. Já estamos em contato com a Câmara de Mogi Guaçu para reforçar o pedido e com os oito municípios que dão força ao comando da Polícia Militar, para que possamos ter Polícia Militar, mas com ajuda da Polícia Civil. É isso o que nós precisamos e da ajuda do Governo do Estado. Eu já me prontifiquei com o Major Mello e com o Capitão Peixoto de estar agindo politicamente para melhorar a estrutura humana das Polícias Civil e Militar.”, pronunciou. Fez uso da tribuna, continuamente, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quero informar que o que a Vereadora Maria Helena disse, com toda razão, ainda há pouco sobre a mudança da Fundação Casa é político mesmo, o contrato foi feito pelo Governo do Estado, eu só vou deixar no ar quem é o proprietário da casa, e então vocês verão que realmente é político. Da mesma forma que a Senhora foi procurada, eu também fui, acredito que outros foram, porque a Prefeitura informou que lá é um bairro misto, mas na verdade aquele é um bairro residencial. Com relação à segurança, quero deixar claro que a segurança pública é uma obrigação do Estado e se cada munícipe soubesse que quando seu sítio ou sua casa for roubada, compete uma ação contra o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Estado, muitas das vezes a gente cobra as autoridades, mas eles não têm recursos humanos, eles se desdobram. A Polícia Civil só está em pé, porque nós temos seis guardas municipais emprestados para eles, acho isso uma sacanagem, não por nossos guardas, mas pela ausência do Estado e por isso minha nota de repúdio. Não é só a área rural, aqui na área urbana também está o caos, são muitos assaltos, furtos, estupros e a gente não aguenta mais. O que eu acho que a gente tem que fazer é buscar de todas as formas apoiar as polícias, através dos deputados dos nossos partidos e fazendo pressão no Estado. Também sei da situação da Santa Casa, mas queria alertar a todos que a situação do município está mais problemática do que imaginam, eu tomei ciência de algumas coisas durante a semana e me assustei, acho melhor a gente começar a convocar alguns secretários para tentarem explicar o que está acontecendo.”. Como próximo orador, falou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Essa questão da segurança já foi debatida aqui por muitas e muitas vezes, a Polícia Militar tem tomado atitudes concretas para tentar amenizar a ação desses meliantes que andam pela zona rural, surtiu algum efeito, o problema maior é que essa bandidagem tem tempo para ‘analisar’ como driblar essa segurança. Tivemos várias reuniões com o pessoal da polícia e da zona rural e está sendo feito um bom trabalho, o problema é a falta de efetivo e mesmo com efetivo, se não melhorar a informação, não vai melhorar. Eu garanto para vocês, que quem está aqui presente que tem alguma chácara na zona rural e costumava organizar eventos, não está fazendo mais. Se não contratar segurança não dá mais para arriscar, saiu no jornal o caso na São Marcelo, um grupo de 15 assaltantes invadiu uma chácara. Ou se muda o código penal, que é muito antigo, para que a bandidagem pegue pelo que comete, que é uma ação de deve partir no Governo Federal, ou todas as ações que forem tomadas serão somente paliativas. Quanto à questão da Fundação Casa, vou ser sincero, tenho até medo de falar alguma coisa aqui. A briga do pessoal da zona rural com relação à questão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da implantação do Centro de Ressocialização (CR) era essa, o medo não era o CR, era o que aconteceria depois, duas unidades da Fundação Casa, fala-se em menores infratores, para mim são bandidos de alta periculosidade. O que acontece automaticamente? Temos que ter um lugar para os bandidos bons, que não tem 18 anos. Por ocasião, tentaram mudar a Fundação da Rua Santa Cruz para a Rua João Mantovani, foi um *tendel*, ninguém quer um negócio desse perto da sua casa, nós vimos esse final de semana que um garoto da Fundação Casa foi preso roubando, ainda bem que ele já tem 18 anos. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, muito bom, mas o problema é verba e por em prática esse estatuto, porque no papel é tudo lindo. Quanto à mudança de endereço, concordo que é político, vou deixar uma questão aqui, perguntem para o pessoal de vizinhos de onde está a Fundação hoje se eles não querem que saia daquele local, para eles não importa para onde vai, importa que saia, porque ninguém quer uma bomba relógio dessas do lado da sua casa. Por isso que não funciona, o nosso sistema está falido”, concluiu. Sobre a fala do nobre Vereador o Senhor Presidente comentou: “Só para lembrar o Osvaldo, um amigo meu, delegado já aposentado, dizia que não existe bandido bom, na opinião dele, bandido não é para ficar em penitenciária, em CR ou em cadeia, lugar de bandido é no cemitério, todos, fazer uns dez cemitérios por cidade e metralhar todos.”. Como desistisse da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, falou o Vereador Cinoê Duzo. “Primeiro eu gostaria de registrar a presença da autoridade militar, Capitão Peixoto, e na pessoa da Vossa Senhoria parabenizar todo o pessoal que tem se empenhado, exaustivamente, no combate da violência na zona rural e urbana. Tanto é que o Capitão tem trabalhado diuturnamente, sequer tem voltado para sua casa aos finais de semana, tentando minimizar os problemas na zona rural e urbana, principalmente da zona rural, porque ele faz parte do Plano Piloto de Combate ao Crime na Zona Rural. Quero registrar, também, a organização que partiu no Sr. Lazaro Pulccineli



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e se tornou como se fosse uma bola de neve, a Polícia Militar e a comunidade se organizaram e tem resultado sim. Nenhum dos senhores da zona rural aqui presentes hoje, puderam fazer uso da palavra, quando a gente nem imagina em acordar, vocês já estão na lida, quando a gente está tomando o nosso café, vocês já estão no almoço e se a zona rural parar, eu quero ver o que teremos para comer! Quem carrega o país é a agricultura! Se é um problema político, nós temos que dar nomes aos bois, é o Governo Estadual e quem determina isso é o Governador Alckmin, a palavra maior é dele, se é político esse é o nome e se o vice-governador é do meu partido também tem culpa no cartório, se depender de mim eu vou cobrá-lo, seja oficialmente ou pessoalmente. Nós temos que parar de maquiagem as coisas. Mas o Governador não mora em Mogi Mirim, nem o Secretário Estadual de Segurança, mas sim um desgoverno chamado Gustavo Stupp, ele tem que responder por isso também, se ele é a autoridade maior do município. O que ele está fazendo? Que ação ele está tomando? Nenhuma, ele não está nem aí para o povo de Mogi Mirim, muito menos para o povo da zona rural. Resta só rezar e pedir para que os marginais errem o nosso endereço. Aliás, ninguém está a salvo disso, eu também fui assaltado, parece buraco, quanto mais tira maior fica, são uns marginais. Qual é a ação efetiva do município, por que a autoridade maior não vem aqui? Nem podemos falar autoridade é um moleque esse rascunho do prefeito, ele brinca de ser prefeito, não corre sangue nas veias dele, ele é movido a dinheiro, só que acaba e para onde ele vai levar isso aqui? Se falam que é político o caso da Fundação Casa, alguém assinou, quem? E quem é o dono do imóvel? Vá morar lá, é muito fácil, tem um terreno e deixa o mato crescer, cria escorpiões e deixa os vizinhos com esse problema. Tem que dar nomes aos bois. Venha aqui e diga que é responsável, que vai fazer uma ação em conjunto com as polícias, faça uma contratação em caráter emergencial, mas tem que dar uma resposta para o povo de Mogi Mirim, esse moleque de Prefeito.”, relatou. Encerrada a fala do nobre Vereador,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Senhor Presidente fez a seguinte colocação: “Essa Casa de Leis não aprovou uma lei na qual a multa era muito alta para proprietário de terrenos vazios na periferia. Eu falei que a multa teria que ser uns três mil reais, porque a pessoa mora em um apartamento do Centro, não tem terreno vazio por perto, mas possui um terreno lá na Santa Luzia, como tinha lá perto da minha casa e é por isso que aparece escorpião, carrapato, barata e até cobra na zona norte, mas a lei não foi aprovada aqui.”. Na sequência, falou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Seguindo o assunto da Fundação Casa e Zona Rural, a gente tem um problema muito sério aqui com relação a esses problemas, porque para conseguir alguma coisa nós dependemos de um deputado e toda vez que isso ocorre nós ficamos sem respaldo. Como exemplo disso podemos citar a Rodovia dos Agricultores, o Vereador Jorge Setoguchi já cobrou, eu já cobrei, assim como outros também e nada acontece, está lá a rodovia sem acostamento, sem sinalização. Já estive com o Deputado Chico Sardelli por duas vezes pedindo auxílio para aquela região e não obtive resposta, nós temos deputado aqui de Mogi Mirim com mais de 12.000 votos e quando a gente precisa, não consegue nada. Todos clamam para que a Fundação Casa não esteja mais naquele local, várias pessoas me procuram para relatar pequenos furtos e invasões, o pessoal não aguenta mais e a gente não tem respaldo nem da Prefeitura, nem do Governo de Estado. Por isso a gente reclama aqui do Estado e fica aqui um receio, mas a gente não tem nada. A cidade está abandonada, estive na Piteiras II essa semana e a quantidade de lixo acumulada lá é absurda, é uma situação muito difícil. Se não nos unirmos para cobrar quem quer que seja, quem continuará pagando será a população. Eu não aguento mais as pessoas me parando nas ruas para me falar dos buracos e eu não ter para quem recorrer, 80% das indicações feitas aqui são para tampar buracos, tem um caminhão trabalhando e ainda sem condições. Às vezes a gente fala tudo isso aqui e não vê o lado do funcionário, eles estão sem estrutura, material e equipamento para trabalhar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Então Senhores Vereadores, precisamos nos unir e cobrar para que melhore a situação. Estive hoje na Rio Mark, a Vereadora sempre fala aqui da dificuldade do pessoal do Pederneiras com relação aos acessos, eu medi e são sete quilômetros de um acesso ao outro, o pessoal desse perímetro está com dificuldades. Do jeito que está não dá para ficar.”, expôs. Ato contínuo falou o Vereador Jorge Setoguchi. “O motivo do pessoal da área rural estar aqui são os roubos que estão ocorrendo frequentemente, apesar do patrulhamento da Polícia Militar e da Guarda Municipal, agora de sábado para domingo tivemos um roubo de um trator e um caminhão em mais uma propriedade, o trator foi colocado em cima do caminhão para ser levado. Nós da área rural estamos muito encabulados com isso, porque nós temos o patrulhamento e os roubos continuam acontecendo, o que está faltando agora é investigar, para que se tenha informação de quem está agindo ali, pelo menos é o que a gente acha. Quem faz essas investigações é a Polícia Civil e pelo que a gente vê eles estão com muito pouco efetivo. Então, fica essa indagação para nós Vereadores reivindicarmos unidos, pois os delitos ocorrem na área urbana e rural, isso afeta todos no município. Chamo todos os Vereadores para unirmos força para podermos cobrar, pois o problema está muito sério em questão de segurança. O Projeto de Patrulhamento Comunitário Rural, do Capitão Peixoto, está dando certo, muitas pessoas aderiram, tem o grupo de *Whatsapp* para ajudar, quando se chama uma viatura estamos sendo atendidos. O problema é que os meliantes roubam e não se consegue determinar quem foi que roubou e eles ficam impunes. Peço que todos participem do Conselho Rural de Segurança, para que juntos tenhamos mais ideias para podermos ajudar a população. A respeito dos buracos nas ruas, sempre estou fazendo as indicações, vou destacar a Rua Honório Bonati, que fica no Jardim Santa Ana, são muitos buracos na cidade e o Prefeito não faz nada. Sobre as entidades assistenciais, os repasses de verbas já estão atrasados. O Governo Municipal está



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deixando a coisa ficar muito feia.”, concluiu. Posteriormente, fez uso da tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. “Venho comentando, na época eu fiz um convite para todos os Vereadores para que alugássemos um van e fôssemos para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Nós estivemos lá em nove Vereadores, inclusive da época o Secretário era o hoje Ministro de Segurança, quem nos atendeu foi um assessor dele. Com muito respeito ao Capitão, mas o Vereador está vindo aqui um pouco é para fazer média política, porque toda a segunda-feira vem aqui falar de segurança e ninguém resolve nada. Alguém precisa fazer alguma coisa. Quando eu falei que o reflexo de tudo isso é a cadeia que trouxeram para Mogi Mirim, que os sitiantes perderam o valor de suas propriedades, tem pessoas aqui desta Casa mesmo que votaram para a cadeia vir para cá e hoje está aí. O Secretário disse que não tem nada a ver, mas eu acredito nisso. A coisa está mais séria do que estamos vendo e vamos procurar quem? Jesus Cristo? Já procuramos o Secretário Estadual de Segurança, não adianta, podemos ir os dezessete, ele empurra com a barriga. Mandaram policiais para as Olimpíadas e nós ficamos a ver navios. Isso é geral, o Brasil está todo assim. Não é só a zona rural, a periferia tem assalto todo dia, ninguém toma providência. Tem pessoas no bairro que são culpadas, já fiz reuniões com o Secretário Municipal de segurança na Chácara São Marcelo e no Parque da Imprensa, tem pessoas que reclamar dos roubos, mas não fizeram o boletim de ocorrência. Como é que a polícia vai saber da situação do bairro? O pessoal parece que tem medo! A população precisa reagir, precisa fazer o boletim para mostrar os números, tem pessoas que sabem quem são os bandidos e não denunciam, façam denúncias anônimas, ajudem. E fica essa população desamparada, como foi falado, principalmente nos sítios e chácaras. Vamos os dezessete Vereadores fazer um movimento da frente da Secretaria do Estado, mas ficar aqui só falando não adianta! Vamos os dezessete e vamos mostrar para a população o movimento, porque aí sim poderemos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

culpar o Estado. Fiz o convite da outra vez e me coloco a disposição, tem os Vereadores aqui no partido do Governo do Estado para tomar frente para viabilizar outra visita e vermos o que será feito por Mogi Mirim.”, encerrou. Desistindo da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni e não havendo, portanto, mais Vereadores inscritos, o Senhor Presidente fez um breve agradecimento ao Senhor Miguel Moraes, sempre presente nas Sessões de Câmara e suspendeu a Sessão às 19h51, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da **"ORDEM DO DIA"**, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 76 de 2016, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Executivo Municipal a celebrar termo de acordo com a Associação Alma Mater, para o fim que especifica e determinando outras providências.” Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para a discussão do projeto fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “A Alma Mater recebeu o recurso de 67 mil reais, o município tem um gerenciamento de auditoria e que exarou o seguinte parecer: ‘A entidade hora mencionada, Alma Mater, recebeu recursos referentes ao exercício de 2015, ao prestar contas junto ao município teve seu parecer aprovado com ressalvas, pois foram identificadas algumas despesas impróprias com os recursos recebidos. O município procurou a entidade e ela propôs um plano de trabalho para sanar as irregularidades’. O valor apontado pelo município foi de 18 mil reais com gastos não aceitos pela auditoria. É necessário que tenha esse cuidado com o aplicação dos recursos, hoje temos várias



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entidades que estão nesta mesma situação com os recursos, a Comissão mandou à plenário, mas 18 mil é um dinheiro significativo, então eles elaboraram um plano de trabalho, aprovado também pelo Conselho de Entidades, e eu entendo que a Câmara tem que aprovar, é um caso diferenciado, mas 18 mil faz muita falta para a Alma Mater. A auditoria é feita pelo município e tem que dizer para as entidades que os gastos têm que ser devidamente comprovados, como mostra o termo do convênio.”, concluiu. (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 76/2016, do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 69 de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a realizar parceria por tempo determinado e com ônus, com o Instituto Coronel João Leite, para os fins que especifica”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para a discussão do projeto fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Agora nós estamos falando do asilo Coronel João Leite, a parceria em questão visa a permissão do uso pelo município de propriedade da entidade numa área de 2.000 metros quadrados, para a implantação de projetos sociais já desenvolvidos pela Prefeitura para idosos de ambos os sexos, residentes em Mogi Mirim. Senhores Vereadores, trata-se daquela piscina que a verba para a construção foi doada pelo Itaú-Unibanco, ocorre que as entidades com as dificuldades que estão hoje, pois não conseguem suportar o peso do pagamento de profissionais, sabemos que para o uso de uma piscina aquecida são necessários professores e salva-vidas. Ocorre que eles trouxeram para o município a possibilidade de fazer uma parceria, o município arcaria com o ônus de abrir a todos os mogimirianos, com uma idade específica, para poderem usar as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dependências de lazer do Coronel João Leite. A permissão seria dada por um ano, prorrogável por mais um ano e com relação ao ônus que recairá sobre o Poder Público refere-se a água, luz, manutenção da piscina, dentre outros gasto. Eu entendo que não há outra forma de exigir que o Instituto Coronel João Leite arque com esses gastos, mas ao mesmo tempo abre-se a possibilidade de mais mogimirianos usarem aquele espaço.”, encerrou. Ato contínuo falou o Vereador Benedito José do Couto. “Complementando a palavra da Vereadora Maria Helena, analisamos profundamente esse projeto e que eu quero ressaltar é que eu fiz há trinta dias um requerimento cobrando o funcionamento do Centro Dia do Idoso, a resposta da Prefeitura é que faria esse convênio e que vai utilizar a estrutura que já existe para atender também os cinquenta idosos previstos no meu projeto. O Projeto Centro Dia do Idoso é um projeto meu que eu consegui através de um Deputado do Partido Verde, já está construído na Rua José Finotti, 128 no Bairro Santa Clara, eu venho cobrando insistentemente esse projeto e o Prefeito disse que faria o convênio, pois por dificuldade financeira não poderia atender no prédio construído. Eu quero deixar que eu acho esse projeto importante e vou fiscalizar, como tenho feito, se realmente vai ser atendido o que especifica no meu projeto.”, concluiu. (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, em Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 69/2016, do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). 3. Projeto de Lei nº 71 de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre celebração de Termo de Acordo entre o Município de Mogi Mirim e o Lar Infantil Aninha, para o fim que especifica e determinando outras providências. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para a discussão do projeto fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “A questão com Lar Infantil Aninha se trata também com a Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Educação, nós temos um parecer da Secretária que notifica pela auditoria interna por realizar aquisições indevidas, eles estão pedindo que nós aceitemos 55 mil reais que foram gastos indevidamente, apontados pela auditoria e Secretaria de Educação para que firmem através de pedagógicas e sociais para tentar sanar esse gasto de 55 mil reais. O que nós faremos? A auditoria apontou gastos ilegais, mas não imorais. Eles se prontificam a fazer atividades pedagógicas, fiscalizadas pela Secretaria de Educação, eu pessoalmente vou votar favorável, não tem outra solução, 55 mil faz muita falta. Esse entendimento entre o município, Secretaria de Educação e auditoria interna do município mostra que é possível sanar este problema. Não há outra solução, os gastos não foram imorais, foram compras de camas e utensílios domésticos, porém não poderia ser gasto esse montante com isso, mas esse valor faz muita falta para o Lar Aninha.”, encerrou. Ato contínuo falou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Primeiramente sou muito ligado a esta área, as entidades fazem um trabalho onde o poder público não chega. Acho que nós temos que levantar um alerta para os Conselhos, a auditoria faz o trabalho dela, se o dinheiro vem para ser aplicado em uma área e é aplicado em outra, está errado, eles têm que apontar, é um trabalho objetivo. Eu acredito que se vem uma verba para um projeto educacional e a entidade pega esse dinheiro e compra cama, talvez o dinheiro esteja vindo errado da fonte. E passando pelo Conselho, este só faz uma ressalva e manda para esta Casa, nós não temos como votar contra um projeto e contra uma entidade. Nós não temos como criticar pelo trabalho maravilhosos que elas fazem, muitas vezes as pessoas que estão lá trabalhando são voluntárias, porém eu acho que aqui temos que levantar um alerta para os Conselhos, de Assistência Social, por exemplo. O Conselho precisa verificar de está vindo dinheiro errado para aplicação em cada entidade, porque essas aprovações com irregularidades não podem ser comuns, tem que ser corrigido, ou o projeto está errado ou está faltando diálogo entre a Prefeitura e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entidade. Lógico que vamos aprovar, mas é algo que temos que nos atentar.”, concluiu. Próxima a discutir foi a Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira. “Só gostaria de lembrar que a legislação para as entidades filantrópicas mudou e hoje o Estado não aceita em hipótese alguma contas que não baterem, se isso ocorrer os Conselhos não podem aceitar as contas e a entidade pode correr o risco que não ter aprovado o trabalho dela junto ao município, deixando de ser filantrópica para ser particular. Isso é impossível, as entidades fazem um trabalho que deveria ser feito pela Prefeitura, então elas precisam desse apoio. São valores que foram recebidos por várias entidades, não são só essas duas, é provável que cheguem outros projetos parecidos. Esses valores gastos irregularmente têm que ser devolvidos e isso fará falta para pagamento dos funcionários, por exemplo. Estamos chegando no final do ano, as contas ficam quase que no vermelho e é lógico que nós não vamos nos colocar contra. Mas fica sim o alerta para todas as entidades, hoje tem que se respeitar o contrato.”, lembrou. Continuamente falou o Vereador Luís Roberto Tavares. “Falo em nome da Comissão de Saúde, Assistência Social e Educação, nós nos reunimos e realmente ficamos em uma situação difícil pois ninguém quer votar contra a entidade. Eu como membro da Comissão votarei a favor, mas lembro de que eles precisam estar mais respaldados, pelos Conselhos, por exemplo, e mais cientes de que isso poderá ser barrado futuramente aqui na Câmara, sob o pretexto de que já aconteceu. A Comissão analisou e já deu o parecer favorável.”. (Posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, em Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 71/2016, do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **"EXPLICAÇÃO PESSOAL"**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente).



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Inicialmente fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “ Volto aqui só para fazer uma correção, na minha fala anterior que disse que era esgoto e na verdade é água, o pessoal está pedindo a ligação de água e o SAAE está fazendo orçamento para extensão de rede de água, isso não pode, pois é obrigação do SAAE. Nós fizemos o Requerimento nº329 no mês de agosto, solicitando ao Departamento de Meio Ambiente para que fizessem um laudo técnico de duas árvores em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, na Rua 7 de setembro. Até sexta-feira, dia 16, nós não recebemos respostas, no domingo, após fortes ventos, umas delas quebrou e caiu em cima do alambrado de proteção e em cima de uma barraca. Hoje pela manhã eu deixei um ofício, pessoalmente, na secretaria e às 14 horas eles foram fazer a limpeza, e mesmo com tudo isso, não retiram a outra árvore que está ao lado e, aparentemente, em pior situação. Muita gente fala que a gente pede só para tapar buraco e cortar árvores, eu gostaria de dizer que essas ações são sim importantes. Hoje nós recebemos aqui membros de várias entidades e eles protocolaram um pedido solicitando uma reunião com os responsáveis pela Prefeitura, pois há uma discussão da Lei Federal 13.019 e Lei Estadual 13.214 que tratam do marco regulatório assistencial, haverão muitas mudanças e momentos que a Prefeitura não está fazendo o repasse regularmente, vão cobrar muitas coisas. Está para sair um decreto do Prefeito e num momento em que a Prefeitura está atrasada com os valores devidos para as entidades. A Comissão de Saúde, Assistência Social e Educação fará esse ofício, solicitando a reunião, mas gostaríamos que todos os Vereadores assinassem, gostaríamos que essa reunião fosse feita antes da publicação desse decreto. O decreto determina que as verbas que a Prefeitura tiver para repassar para as entidades, deverão ser disputadas por licitação entre aquelas interessadas. É uma responsabilidade muito grande, gostaríamos que todos estejam mais atentos a isso e assinem o ofício.”, finalizou. Havendo desistido da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, falou o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. “Hoje a maior parte das discussões foram sobre segurança e eu como guarda municipal não poderia me furtar da palavra. Acho que o maior problema que nós temos com relação à falta de segurança é a falta de efetivo e valorização profissional. Acho que minha maior atuação nesta Casa como Vereador foi em relação à segurança pública e proteção animal. Tenho lutado muito pela valorização profissional do guarda municipal e aumento do efetivo. Três anos e nove meses atrás, quando me elegi Vereador, nós tínhamos uma guarda municipal apagada, sem atuação, desmotivada e desvalorizada, foram 16 anos sem investimento algum, conseguiram até reduzir o salário dos guardas, desde que eu fui eleito consegui algumas mudanças, consegui as viaturas 1.6, as duas caminhonetes S10, as caminhonetes SW4, a criação da Guarda Ostensiva Municipal (ROMU), que tem feito uma grande atuação na repressão ao crime, com aprovação da Lei nº 13.022, a guarda tem sim poder de polícia e está com competência para isso. Então, a Guarda Municipal cresceu muito e está atuante, eu bato no peito para dizer, pois foi uma luta muito árdua minha. Quero cumprimentar o Secretário Municipal de Segurança, Luciano Mello, presente aqui hoje, e dizer que a gente avançou muito na questão de segurança, falta agora união para a gente aumentar o investimento, não só da Polícia Civil, mas também da Guarda, eu tenho insistido muito para abertura de concurso para a Guarda e Bombeiros, consegui agora, espero que o próximo Prefeito faça uma contratação grande, de no mínimo 40 pessoas. A luta também tem que se de valorização profissional, não tem como cobrar de uma categoria que deixa as suas famílias para trabalhar da segurança da cidade e não tem um salário digno. Vamos lutar por essa valorização e por maior efetivo.”, pronunciou. Desistindo da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Voltando a Fundação Casa, são vinte e dois adolescentes que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

município também tem que estar presente neste problema. Quando o Deputado fala com a Presidente da Fundação, quero falar aos moradores das proximidades da possível casa na Rua Paulo Cesar Campos Lovo, nós vamos tentar, através do Deputado Barros Munhoz viabilizar outro local, porque não podemos desistir de vinte e duas crianças, quando aqueles caldeirões com mais de mil crianças juntas não deu certo, o Governo do Estado tratou de reduzir as unidades. O Governo Carlos Nelson trouxe duas unidades Fundação Casa e a terceira aqui na Rua Santa Cruz, foi ele que trouxe. Nós temos que apontar outro local, mas ninguém quer perto, o contrato já foi assinado, temos que revogar, mas não sabemos se a Presidente da Fundação vai fazer isso. Tem uma escola nas proximidades e uma praça abandonada, frequentada por usuário de droga, não é o melhor lugar para reintegra-los. Mas a unidade está aqui e em algum lugar ela tem que ficar, onde seria o melhor lugar para ficar essa casa? Tem que ser na zona urbana, vinte e duas crianças, vamos desistir delas? Vamos matar todos? Não existe pena de morte, e depois nós vamos todos na igreja. Vamos tentar trazê-los para a vida, é o que a justiça exige do Governo do Estado, por isso é que não adianta competição na justiça, porque é a justiça que manda o Governo do Estado colocar os menores das unidades. Tem que apontar um lugar, porque o Estado só vai aceitar se apontarmos outro local, é muito difícil.”, encerrou. Na sequência, falou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Como eu disse aqui no começo, volto para explicar a minha posição. Quem trouxe a Febem, vou falar Febem pois fica mais fácil de entender, foi o ex-Prefeito Carlos Nelson. Quando se traz uma unidade de internação, automaticamente vem junto a unidade de semiliberdade, que conforme o estatuto tem que ser instalada em perímetro urbano. Só que as unidades da Fundação Casa vieram em virtude da construção do CR, é um pacote só e quem trouxe o CR foi o Paulo Silva, não estou dizendo que ele estava errado. Acho que o Paulo Silva teve que arranjar uma alternativa para tirar a cadeia de centro da cidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

é assim que funciona veste um santo e desveste o outro. A Fundação Casa foi a mesma coisa, a partir do momento que você cria um complexo industrial vem as indústrias, quando você cria um complexo penitenciário virão outras unidades penitenciárias, é automático. E por que aceitar o CR na época? Em troca de desativar a cadeia? Quantas pessoas ficavam na cadeia e quantas ficam no CR? É fácil vir falar aqui, mas tem que se analisar, porque o Carlos Nelson trouxe as Fundações Casa para a cidade, mas trouxe muitas coisas boas também. Agora é que tem que se deixar claro é que uma vem em função da outra. Se a Fundação Casa está aqui hoje, em parte é culpa do CR primeiro, isso foi outra briga que nós tivemos aqui, nós não queríamos o CR aqui, aliás era para ter sido instalado em outras regiões, foi colocado na Vatinga na surdina, não era para ser ali, tivemos que engolir, inclusive está em terras que eram da minha família. Então, não venham falar agora do problema da instalação da Fundação Casa, porque isso é consequência. Eu não vou criticar os ex-Prefeitos Paulo Silva e nem o Carlos Nelson, porque eram coisas necessárias para tirar a cadeia do Centro, só que se pagou um custo, a Fundação Casa foi a mesma coisa, para se ter outros benefícios teve que engolir a Fundação Casa. E nosso medo era exatamente esse, que virasse um complexo penitenciário e virou. E agora em algum lugar tem que ficar. É por isso que eu já defendi aqui que a legislação tem que mudar, cada comarca tem que se virar com os seus presos. Agora não vamos nem criticar e nem elogiar, eu não concordo com essa fala de que a culpa é desse ou daquele.”, concluiu. Com relação à fala do nobre Vereador, o Senhor Presidente completou: “É como aquele velho ditado: faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Fácil.” Como desistisse da palavra os Vereadores Waldemar Marcurio Filho e Ary Augusto Reis de Macedo, discursou como próximo inscrito o Vereador Cinoê Duzo. “Nós estamos falando sobre Fundação Casa, nós estamos falando dos problemas, então vamos apontar soluções. Onde estão as soluções? As soluções são projetos com as crianças,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projetos que vão desde a feira científico-cultural, esportivos, culturais, sociais, só assim estaríamos reduzindo o número de delinquentes, pessoas que não tiveram a mesma oportunidade de crianças que são incentivadas, motivadas, desafiadas em sua criatividade, focalizando o bem, aí eu lembro-me de uma entidade, que se chama Guarda Mirim, formadores de cidadãos. Temos a preocupação com as entidades, temos que garantir todos os recursos que lhe são de direito, mas vamos focar na Guarda Mirim, CEBE, onde tem aulas de informática, cidadania, cultura e civismo, aí sim nós estaremos reduzindo o número de pessoas que terão chance de reduzir o número de jovens se tornado delinquentes. Nós temos que apoiar, incentivar e buscar recursos para canalizar o CEBE, faz um trabalho seríssimo e importantíssimo para formar um cidadão e preparar o jovem para o mercado de trabalho. Eles nos darão o retorno daquele recurso investido, isso sim é educação. Eu fui guarda mirim na Câmara Municipal, do Diretor Jorge França Camargo, agradeço ao Presidente da época César Dias Fragozo e a outra instituição importantíssima chamada Tiro de Guerra, que colabora para a formação dos jovens, também fui atirador, agradeço o Sargento Carlos Roberto Sandi. Foram fatores que colaboraram para a minha formação, assim como tenho uma eterna gratidão por todos os meus professores. Nós devemos investir o nosso tempo em soluções, em formas de reduzir a violência por ações que incentivem e direcionem recursos para a educação, tanto na formação básica, como do CEBE, que é um centro de excelência. Fica aqui registrado ao nobre Professor Doutor Quintino e a senhora sua esposa, Dona Enei, pelo brilhante trabalho realizado lá, e para o meu amigo Sabadini, além de todos os outros colaboradores da Guarda Mirim. Nós apontamos problemas da Fundação Casa, mas vamos focar nas soluções.”, finalizou. Como desistisse da palavra os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Jorge Setoguchi, fez uso da palavra, o Vereador Laércio Rocha Pires. “A Vereadora que usou a tribuna e disse que o Carlos Nelson trouxe a Fundação Casa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mas ele teve uma contrapartida, estão aí a ETEC e a FATEC, mas quando veio o CR, com certeza com o apoio dela, que estava do lado do Governo do Estado, não adiantou lutar contra, foi instalado e não houve nenhuma contrapartida para a cidade, desvalorizou as terras das regiões e na época apoiaram. Quero dizer mais, tentaram complicar a vida do Carlos Nelson, para que ele ficasse inelegível, mas ele ganhou e está bem nas pesquisas. Temos que pensar o quanto a cidade andou quando o Carlos Nelson estava na Prefeitura, considerando escolar, estradas, creches e segurança, pegou a cidade sucateada e melhorou. Ele sabe onde buscar recursos. Não adianta falarem mal, ele está bem nas pesquisas e a população tem que estar atenta.”, encerrou. Tendo desistido da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni e não havendo mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” o Sr. Presidente determinou que fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento das Senhoras Odete Laurindo da Silva e Clotilde Cerruti Paiva e do Senhor José Antônio Leonello, todos falecidos recentemente. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves fez uma breve colocação. “Gostaria de explicar para todos o que está acontecendo entre a Prefeitura e a Santa Casa. Na noite de quinta-feira passada, eu estive em uma reunião na Santa Casa, estavam presentes os membros da administração, médicos, enfermeiros e a imprensa. Lá foi dito que a Prefeitura tem um valor de 1,5 milhão de reais em atraso para repassar para a Santa Casa e que dependia da Câmara Municipal para quitar essa dívida. Tivemos uma reunião na sexta-feira no gabinete com a Elisanita, a Secretária de Saúde, o Prefeito e os membros da Santa Casa, ficou determinado que a Prefeitura iria enviar uma proposta de acordo até a segunda-feira, hoje. Foi enviado que eles vão pagar 1,2 milhão até o dia 30 de setembro, que a Prefeitura tem os 500 mil reais e os 700 mil reais será por meio da devolução do duodécimo desta Casa, os outros 361 mil até o dia 5 de outubro. Então, essa Câmara Municipal, nós escutamos muitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

críticas aqui sobre a atual gestão, acho que chegou o momento de esquecer da Prefeitura Municipal, vamos pensar na saúde da população, vamos pensar que os médicos não podem entrar em greve. Espero que as comissões deem seus pareceres até o final da semana para que no dia 26, segunda-feira, próxima sessão, possamos ter o apoio de toda essa casa a aprovação dessa devolução, eu não me canso de dizer, esse dinheiro não é nosso, a receita vem do município e devido à economia da Mesa atual, nós temos a possibilidade de ajudar a Santa Casa, para que os médicos não entrem em greve. Espero ter a colaboração de todos vocês, para que possamos votar na segunda-feira a devolução desses 700 mil reais para que a população não saia ainda mais prejudicada.”. Na sequência, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h00, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

APS